

EFEITOS DE UMA PANDEMIA OU GESTOS DE UMA LEITURA DISCURSIVA DE UM *OUTDOOR* EXPOSTO EM ARACAJU-SE¹

Effects of a pandemic or gestures of a discursive reading of a billboard exposed in Aracaju-SE

ANDREIA NASCIMENTO CARMO²

Resumo: Neste artigo, apresentamos um exercício de análise sobre um texto verbal e imagético exposto em um *outdoor* em Aracaju-SE, Brasil. O nosso objetivo principal é refletir como esse texto produz sentidos a partir do batimento entre a linguagem verbal e a linguagem não verbal, bem como observar a opacidade que elas produzem. Para tanto, em nosso procedimento analítico, assumimos a Análise de Discurso francesa (AD) de orientação pecheuxtiana como aporte teórico e metodológico, considerando as noções básicas de interdiscurso, de memória discursiva, de pré-construído, de formação discursiva (FD) e de categorias relacionadas a esses dispositivos para se pensar a posição-sujeito, o dito, o não dito — o silêncio. Assim sendo, constatamos pelo jogo de relações entre o verbal e o não verbal, que, dadas as condições de produção de um enunciado, é importante pensar o lugar social ocupado pelos interlocutores em suas práticas discursivas para se compreender os gestos de produção de determinados sentidos.

Palavras-chave: Pandemia; gestos de leitura; texto verbal e não verbal.

Abstract: In this article, we present an analysis exercise on a verbal and imagery text displayed on a billboard in Aracaju-SE, Brazil. Our main objective is to reflect how this text produces meanings from the beat between verbal and non-verbal language, as well as to observe the opacity that they produce. For this, in our analytical procedure, we assume the French Discourse Analysis (AD) of Pecheuxtian orientation as theoretical and methodological support, considering the basic notions of interdiscourse, discursive memory, pre-built, discursive formation (FD) and categories related to these devices to think the subject-position, the said, the unspoken - the silence. Therefore, we verified by the game of relations between verbal and non-verbal, that given the conditions of production of an utterance, it is important to think about the social place occupied by the interlocutors in their discursive practices in order to understand the gestures of production of certain senses.

Keywords: Pandemic; reading gestures; verbal and non-verbal text.

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma comunicação, de mesmo título, para a apresentação no I SELIDIME (Evento *on-line*) em agosto de 2020.

² Professora pela SEDUC/TO. Doutoranda em Letras pelo PPGL/UFNT. E-mail: andreianascimentocarmo@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7627-4911>.

Considerações iniciais

Em tempos de pandemia no Brasil e no mundo, o mundo para, “o Brasil não pode parar”.³ Remetemo-nos a um enunciado já muito discutido nas redes sociais e em outros trabalhos acadêmicos, para fazer uma breve reflexão sobre um texto verbal e imagético que, inicialmente, nos conduz para o atual momento sociopolítico em que o país — e o mundo — ainda está enfrentando: uma pandemia de coronavírus (Covid-19). Para tanto, buscamos mostrar um exercício analítico sobre o modo como esse texto é articulado e institui sentidos.

Dessa forma, objetivamos pensar como o texto verbal e imagético disposto neste exercício, produz sentidos, considerando o jogo entre a linguagem verbal e não verbal e a sua opacidade constitutiva. Da maneira como o concebemos, o texto imagético, aqui analisado, como mostraremos posteriormente, é tratado como parte do todo, como uma forma de linguagem que também significa em relação ao texto verbal em investigação. Nesse sentido, interessa-nos enfatizar que as imagens presentes em nosso texto analítico não são obtidas como legendas da parte do texto verbal.

Por conseguinte, partimos da perspectiva da Análise de Discurso francesa (AD) de orientação pecheuxtiana, a fim de endossarmos as nossas considerações teórico-metodológicas. Assim sendo, o procedimento de análise que assumimos dar-se-á pelo recorte teórico a respeito da noção de alguns conceitos, como o de interdiscurso, de memória discursiva, de pré-construído e de formação discursiva (FD). A partir dessa compreensão, relacionamos outras importantes concepções, tais como a posição-sujeito, o dito e o não dito, o silêncio, para problematizarmos como o texto verbal significa em um batimento com o texto não verbal e, assim, constituem o todo, considerando ainda a sua incompletude.

Pelo viés teórico que assumimos, o interdiscurso é um saber que nos permite dizer a partir de outros dizeres pré-construídos de maneira coletiva. Nessa esteira, temos a memória discursiva, pela qual é possível “acionar” esse saber interdiscursivo, isto é, um entrecruzamento de falas (não) formuladas pelos sujeitos em interlocução. As formações discursivas, por sua vez, representam as formações ideológicas. Assim sendo, compreendemos que os sentidos são estabelecidos ideologicamente.

Dessa forma, destacamos a relevância da posição-sujeito para a constituição dos sentidos, dado que, em uma visão ampla, ser sujeito é tomar posição discursiva a partir de uma rede de significação. Isso implica dizer que os sentidos são moventes, isto é, eles sempre podem ser outros. Nesse espaço

³ Campanha do governo federal divulgada em março de 2020 pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) em defesa da flexibilização de medidas de isolamento social durante a pandemia de coronavírus.

que se funda o jogo de produção de sentidos, inclui-se também o lugar social desses sujeitos, tendo em vista a divisão social de classes.

Desse modo, levando em consideração que os sujeitos, assim como os sentidos, são constituídos ideologicamente, há na divisão dos sentidos aqueles que os afetam e outros que não os afetam. Assim, somos provocados a pensar as possibilidades de constituição de determinados gestos de leitura na e pela linguagem em funcionamento, isto é, compreender como os sentidos são produzidos em sua relação entre o dito/visível e o não dito/não visível nas práticas sociais, considerando suas condições de produção.

A partir dessa compreensão, abordaremos, primeiramente, os conceitos supracitados pelo viés teórico que nos sustenta, os quais concebemos como fundamentais para melhor desenvolvermos nosso exercício de análise. Em seguida, trazemos o nosso *corpus* analítico, constituído pelo texto verbal e imagético exposto em um *outdoor* em Aracajú, buscando mostrar gestos de leitura-interpretação possíveis pela perspectiva discursiva, observando como os sentidos podem ser construídos a partir do embate entre o dito/visível, o não dito/não visível e a posição-sujeito em relação à nossa materialidade em análise.

1 À luz dos pressupostos teóricos

Do ponto de vista discursivo, a leitura configura interpretação. Nessa esteira, concebemos, juntamente com Indursky (2020), a interpretação como a tomada de posição do sujeito. Interpretar provoca a produção de determinados sentidos mesmo sabendo da possibilidade da existência de sentidos outros. Interessa-nos destacar que os sentidos são construídos socialmente, isto implica dizer que para os sujeitos produzirem sentidos, é necessário que eles se identifiquem com uma rede — já existente — de sentidos possíveis. Essa identificação ocorre pela filiação do sujeito a determinadas formações discursivas nas quais ele se inscreve ideologicamente.

Desse modo, tomar posição não é algo que o sujeito faz de maneira consciente, selecionando quais sentidos ele vai escolher, produzir. Esse processo decorre pela inconsciência ideológica do sujeito. Nessa perspectiva, a produção dos sentidos está ancorada nos processos discursivos em que eles se materializam. Em outras palavras, para que haja sentido, é preciso que o sujeito apague outros modos de materialização possíveis pela dispersão e tome partido por um enunciado, ou seja, assumo uma posição-sujeito. É nessa tomada de posição que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Nessa medida, a fim de chegarmos ao objetivo principal de analisarmos o nosso recorte em estudo, ressaltamos que a noção de interdiscurso, aqui assumida, se constitui em uma rede de dizeres na qual a memória discursiva é instituída. Isto é, a memória discursiva é um saber — inconsciente — que permite ao sujeito enunciar a partir dos dizeres pré-construídos coletivamente e determinados pelas formações discursivas. O interdiscurso, conforme salienta Pêcheux (2014 [1975], p. 149), é algo que fala “‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. Estas, por sua vez, são representadas pelas formações discursivas.

Em vista disso, as formações discursivas possuem um importante papel em relação ao uso de determinados enunciados e não outros, na produção de determinados sentidos e não outros. Assim sendo, as formações discursivas são “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma conjunção dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 147).

Desse modo, as formações discursivas direcionam sentidos. Dessa maneira, o interdiscurso funciona como uma fonte que dispõe as possibilidades dos nossos dizeres. É dessa fonte que a memória discursiva “aciona” uma rede de falas já formuladas e também esquecidas pelos sujeitos. Nessa esteira, Indursky (2011, p. 86) salienta que o interdiscurso “se apresenta totalmente saturado”; e que a natureza do interdiscurso é “reunir todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas”.

No que concerne à memória, esta “diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FD” (INDURSKY, 2011, p. 86), no interior das quais um dado enunciado recebe o seu sentido. Em outras palavras, a autora nos esclarece que enquanto o interdiscurso relaciona-se a todos os sentidos já produzidos, a memória discursiva se refere aos sentidos autorizados pela forma-sujeito.⁴ Isto é, a memória discursiva faz trabalhar o esquecimento relacionado aos sentidos que poderiam ter sido produzidos, mas não foram, em razão do cenário social vigente.

É relevante destacar que nos referimos ao esquecimento estrutural. Não é o esquecimento tratado como desmemória, mas aqueles entendidos como, o esquecimento ideológico e o esquecimento enunciativo denominados por Pêcheux (2014 [1975]) de esquecimento número um, em que o sujeito acredita ser a fonte do dizer e de esquecimento número dois, em que o sujeito apaga outras possibilidades de dizer para então enunciar.

Como já mencionamos, as formações discursivas representam as formações ideológicas. Assim sendo, reiteramos que os sentidos são estabelecidos ideologicamente, isto é, de acordo com a

⁴ Sobre a noção de *forma-sujeito* – Cf. PÊCHEUX, M. (2014 [1975]).

interpelação ideológica constitutiva dos sujeitos. Por este viés, compreendemos que os sentidos são institucionalizados nas práticas discursivas. Dito de outro modo, eles são articulados a partir das práticas de interação social de uso da linguagem entre os interlocutores em um acontecimento dado.

Dadas as considerações que viemos incursionando, destacamos a pertinência da posição-sujeito para a construção dos sentidos, uma vez que, ao ser interpelado ideologicamente, o sujeito assume uma posição discursiva a partir de uma rede de significação. Dessa maneira, as posições-sujeito decorrem a partir de pré-construídos e são representadas por formações discursivas díspares. Por essa perspectiva, em conjunção o que estamos pontuando, ancoramo-nos em Orlandi (1999), considerando a seguinte passagem:

[...] pensando-se a subjetividade, podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva) (ORLANDI, 1999, p. 17).

A partir desse excerto, reiteramos a noção de posição-sujeito voltada para a tomada de posição do indivíduo interpelado em sujeito. Cumpre-nos ressaltar que, pelas diversas maneiras possíveis de se produzir sentidos no funcionamento discursivo, o sujeito assume uma posição frente à dispersão. Ele toma partido para enunciar. Em razão de que não se pode tudo dizer. Portanto, ao se posicionar, o sujeito apaga outras possibilidades. Ele “esquece” as outras formas de enunciação. Desse modo, importa mencionar que sujeitos distintos podem assumir posições (des)iguais.

É igualmente relevante pensar a noção de pré-construído. Este corresponde, segundo Pêcheux (2014 [1975], p. 151), “ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. O pré-construído diz respeito àquilo que não foi dito, mas está lá, de forma que pareça ser inquestionável por todos os sujeitos envolvidos na situação. Ele trabalha com a memória e com o interdiscurso. O pré-construído gere as direções de uma interpretação. Isso nos permite dizer que há redes de memórias funcionando que, ora afetam, ora não afetam esses sujeitos. Não há uma ligação de sentidos alinhada simetricamente. Em razão de que os sentidos são efeitos das próprias condições de produção, que por sua vez, abrangem o sujeito, a situação e a memória discursiva (acontecimento), em uma relação de forças.

Portanto, em nosso exercício analítico, apresentamos gestos de interpretação possíveis, a fim de compreender como os sentidos estão sendo produzidos em relação ao nosso *corpus*. Desse modo, consideramos relevante insistir que, dadas as mesmas condições de produção, ainda assim, para os sujeitos que assumem diferentes posições discursivas, os sentidos sempre podem ser outros. Isto é, pelo

movimento de interpelação dos sujeitos, os sentidos se deslocam. A partir dessa compreensão, ressaltamos que os sentidos são sociais. Eles são produzidos coletivamente em condições sócio-históricas.

Além disso, torna-se necessário inserir no processo de construção dos sentidos, o lugar social ocupado por esses sujeitos, tendo em vista a divisão social de classes. Quando falamos em lugar social, referimo-nos ao lugar institucional que o sujeito empírico ocupa socialmente. Interessa-nos enfatizar que os lugares sociais também determinam sentidos. Assim sendo, corroboramos as nossas ponderações com mais um excerto de Pêcheux (2014 [1969]), vejamos:

[...] esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. [...]; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 81-82).

Pêcheux (2014 [1969]) ainda explica que as relações entre as situações e as posições dos interlocutores *A* e *B* não são biunívocas. Isso implica dizer que uma situação pode ser estabelecida por diferentes posições-sujeito, à medida que diferentes situações podem equivaler a uma mesma posição-sujeito. Dessa maneira, a produção de gestos de leitura-interpretação de um mesmo texto por diferentes sujeitos, em mesmas condições de produção, pode variar tanto quanto se trata de um mesmo sujeito interpretando o mesmo texto em condições de produção diferentes. É pertinente destacar que as condições de produção configuram situações imediatas, mas que são associadas a elementos sócio-históricos. As condições de produção compreendem “um mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” em um funcionamento discursivo (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 78).

Além dos sujeitos e da situação, Orlandi (2015) acrescenta, às condições de produção, a memória. A esse respeito, a autora explica que é possível considerar as circunstâncias da enunciação, as instituições sociais, as posições-sujeito envolvidas e a memória vista. Esta, vista como interdiscurso, como o saber discursivo que possibilita retomar tudo o que já foi dito, isto é, recuperar todos os sentidos já produzidos pelos sujeitos. Vejamos, a seguir, as palavras da autora:

é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015, p. 29).

Nesse sentido, Orlandi (2015) esclarece que o sujeito se configura ao mesmo tempo como livre e submisso. Isto é, no processo de assujeitamento, o sujeito pode dizer livremente, assumir a responsabilidade do que enuncia. No entanto, para isso, ele precisa se submeter à língua. Nessa esteira, a autora, com base nos estudos de Haroche (1987)⁵, explica que a estrutura social capitalista determinou, pelo Estado, uma forma-sujeito inscrita em uma subordinação, não tão evidente, em que o sujeito é subordinado aos seus direitos e deveres. Sendo assim, essa subordinação se configura como uma submissão “menos visível, porque preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não-determinação do sujeito. É uma forma de assujeitamento mais abstrata e característica do formalismo jurídico, do capitalismo” (ORLANDI, 2015, p. 49).

Em consonância com os apontamentos teóricos que estamos mobilizando, reafirmamos que a posição-sujeito, em uma relação com o lugar enunciativo, promove a instituição de determinados sentidos em detrimento de outros. Assim, concebemos a ideia de lugar enunciativo por meio da noção de lugar de enunciação, segundo a problematização elaborada por Zoppi Fontana (1999, p. 16) como “uma divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade”. Dessa forma, a produção de sentidos concerne à tomada de posição do sujeito, ocupante de um lugar social, frente à imagem que se faz desse lugar.

Dessa maneira, o estatuto do sentido de dado enunciado é instituído pela relação do lugar de enunciação do sujeito com o mecanismo institucional desse lugar. Ainda de acordo com Zoppi Fontana (1999), os lugares de enunciação são definidos no movimento dos processos de assujeitamento, que decorre das formas de individuação do sujeito pelo Estado. Nessa circunscrição e considerando que os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia, há na divisão dos sentidos aqueles que os afetam e outros que não os afetam. Por esse viés, Orlandi (2015) ressalta que a memória discursiva sustenta o dizer. A partir dessa memória, em que também está o esquecimento, é que o sujeito pode enunciar. Ao enunciar, o dito traz consigo um não-dito. Não é tudo o que não foi dito. É o que não foi dito relevante para determinadas condições de produção.

Sendo assim, importa para esta análise, considerarmos o dito/visível e o não dito/não visível no texto examinado, a fim de compreendermos o modo como os sentidos são constituídos em nosso recorte em estudo. Ainda de acordo com Orlandi (2015, p. 81), “há sempre no dizer um não-dizer necessário”. A partir dessa elucidação, mobilizamos a noção de silêncio, mais especificamente, de silêncio constitutivo, aquele em que “para dizer é preciso não-dizer” (ORLANDI, 2015, p. 81). Por esse

⁵ HAROCHE, C. (1987). *Vouloir Dire Faire Dire*, PUL, Lille.

viés, quando enunciamos algo, apagamos outros dizeres, necessariamente. Não podemos dizer tudo ao mesmo tempo. Essa é a divisão política do silêncio: quando o sujeito diz algo, ele não está dizendo outra coisa que também poderia ter sido dita, mas não foi.

A partir das reflexões que viemos apresentando, é importante considerar que o silêncio carrega uma multiplicidade de sentidos. Vale ressaltar que essa multiplicidade se constitui como heterogênea, já que os sujeitos constroem sentidos ideologicamente, aquilo que não é dito ou é silenciado, também se constitui pela ideologia. Pela perspectiva discursiva pecheuxiana, assim como os sentidos dos enunciados variam de acordo com as condições de produção, no silêncio eles também podem variar. Em outras palavras, assim como a linguagem, o silêncio não é transparente.

Tendo em vista o exposto, fomos provocados a pensar o modo como o texto verbal em conjunto com o texto imagético produz sentidos, a partir de gestos de leitura descritivo-interpretativa pela perspectiva da AD, observando, principalmente, o dito, o não dito, a posição-sujeito e o lugar enunciativo. Interessa-nos, ainda, ressaltar que estamos tomando a noção de texto, a mesma considerada por Indursky (2011, p. 76) como uma “materialidade que dê suporte a um discurso”. Isto é, “a categoria TEXTO deve ser compreendida como o suporte através do qual um discurso se materializa, podendo ser tal suporte verbal ou não-verbal”. A partir desse entendimento, ressaltamos que o *corpus* analítico desta investigação é constituído por um texto disposto em um *outdoor* exposto em Aracaju-SE, como será possível observar pela descrição na seção a seguir.

2 Um exercício de leitura-interpretação

Tendo em vista o exposto, um dos primeiros aspectos que deve ser observado em relação ao nosso *corpus* em análise é que consideramos para este exercício de leitura-interpretação, tanto o texto verbal como o texto imagético como parte do todo — o texto maior como unidade. Isto é, o texto não verbal não recobre o texto verbal e o inverso também não é verdadeiro. Dito de outro modo, o texto verbal e o texto não verbal significam de modos distintos — isso abre vias para um trabalho posterior. Por ora, em nosso gesto de leitura desenvolvido neste exercício, tecemos um percurso, fundamentados ao que a AD nos permite, para analisarmos essencialmente, os modos de produção de sentidos possíveis para o nosso recorte, observando a operacionalização do texto verbal em conjunto com o texto não verbal, tornando-se uma, a nossa materialidade analítica. Assim sendo, vamos ao texto:



Figura 1. A MORTE NÃO PODE GOVERNAR O BRASIL. Fonte: Twitter/RenkM32. Disponível em: <https://twitter.com/RenkM32/status/1281780817824550912/photo/1>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Como podemos observar pela figura anteposta, temos um *outdoor* composto pelos seguintes enunciados verbais: “#Use Máscara”; “A MORTE NÃO PODE GOVERNAR O BRASIL”; “FORA BOLSONARO”; “SINASEFE”. O nosso *corpus* em estudo também se constitui de algumas cruzes em túmulos na cor preta (lado esquerdo da foto exposta no *outdoor*). A imagem ainda é formada por um céu escuro que preenche todo o plano de fundo com uma leve luz na parte inferior da figura. Ao lado direito, podemos observar a imagem do rosto do presidente Jair Bolsonaro caracterizado como *morte*. Ou seria o ceifador, símbolo da morte mundialmente (re)conhecido, (tra)vestido de Bolsonaro? Na figura da morte há em metade de sua face a face do presidente ou na figura do presidente há em metade de sua face a face da morte?

Por um lado — para enfatizar ainda mais a referência feita ao presidente do Brasil — a morte está usando uma faixa com as cores verde e amarela. Por outro lado — para se destacar a referência feita à morte — o presidente Bolsonaro está usando uma capa preta e uma foice presa na parte das costas. No canto superior direito há o logo do SINASEFE⁶, os responsáveis pela ação, que segundo informações da Redação da revista Fórum *on-line*⁷, foi realizada em diversos pontos da cidade. Logo abaixo, há mais uma cruz em uma superfície gramada. A partir dessa descrição problematizamos algumas questões: O que está sendo dito a partir dos enunciados apresentados? O que não está sendo dito? De qual morte está se tratando? Quais

⁶ Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

⁷ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/outdoor-em-varios-pontos-de-aracaju-a-morte-nao-pode-governar-o-brasil-fora-bolsonaro/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

efeitos de sentidos são possíveis a partir da nossa materialidade em análise, dado o nosso *corpus* (in)dizível/(in)visível?

Para precisar o nosso estudo, consideramos algumas condições de produção desse acontecimento: o Brasil é um país atualmente liderado por um governo de extrema direita, que juntamente com aqueles que comungam dos mesmos ideais, julga ser mais importante para a sociedade as atividades econômicas para o alcance do “progresso” para o país em um momento em que se alastrou um surto de coronavírus (Covid-19) por diversas partes do mundo. No Brasil os números de infectados e mortos aumenta a cada dia — segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o governo federal brasileiro é um dos poucos que não adotou, de imediato, o isolamento da população como medidas preventivas obrigatórias. Além disso, mesmo antes de atingir o pico das infecções para então, quem sabe, decliná-las, o país abre as portas dos estabelecimentos em geral. Até o início do presente trabalho, o número de infectados e de mortos no Brasil havia caminhado para certa estabilização. No entanto, a postura negligente, tanto de autoridades competentes como do próprio povo brasileiro, em relação às normas de precaução contra o coronavírus, têm feito esse número oscilar bastante. Em decorrência disso, a situação no país é de aumentos diários de mortes.

Com base nas questões por nós demandadas, verificamos que o nosso recorte nos permite compreender que a associação da figura do presidente Bolsonaro à morte faz alusão ao modo como o presidente vem governando o país. Tendo em vista que no lugar discursivo de presidente, esperava-se, pelos sujeitos inscritos em determinadas formações discursivas, que a autoridade máxima do Executivo, tomasse providências minimamente necessárias, a fim de evitar a proliferação do coronavírus. Entretanto, o governo brasileiro empenhou-se em incentivar o povo a não entrar ou permanecer em isolamento, dedicando-se a encorajar a população a continuar com suas atividades, sobretudo, laborais, normalmente.

Inclusive, é desse lugar enunciativo de presidente, juntamente com seus apoiadores, que emanam posturas amplamente negacionistas em relação à intensidade da pandemia. O governo não adere, e segundo a sua prática necropolítica, o povo também não deve aderir, não somente ao isolamento social, como também ao uso de máscaras. O que se tem visto no cenário brasileiro pelas mídias e redes sociais, desde o aumento descontrolado do número de casos de vítimas por Covid-19, são tanto os líderes políticos como os seus “seguidores”, com uma forte campanha para se manter os trabalhadores em suas atividades trabalhistas, em prol da economia do país. E, mais: o Brasil é um dos poucos países que não investiu seriamente em vacinas para a população, deixando o povo à “mercê da sorte”.

Do lugar de chefe do poder executivo do Brasil ecoa um discurso político capitalista, defensor da produção de bens e serviços em massa, ignorando a morte de milhares de brasileiros — em nosso recorte, essa morte surge representada pelos túmulos com as cruzes — que saem de casa pela necessidade de trabalhar em meio à falta de condutas e cuidados necessários para o enfrentamento de tão mortal vírus. Por conseguinte, dado o texto descrito nos primeiros parágrafos desta seção, o emprego do verbo “usar” no imperativo “Use Máscara” estabelece a manifestação de uma ordem instrutiva, que abre vias para fazermos referência à oposição em relação ao veto do presidente a respeito do uso obrigatório de máscaras no comércio, em escolas e em igrejas.

No que se refere à figura da morte, esta surge personificada na imagem do sujeito que governa o Brasil como uma representação da destruição da vida dos brasileiros. Literalmente, a cessação da vida. A morte como o perfil da maneira como o governo administra o país em determinadas circunstâncias. Com base nesse entendimento, a postura procedente do lugar discursivo de presidente de uma nação caracterizada pela displicência, no que concerne à vida do povo, possibilita, pela incompletude constitutiva da linguagem, o estabelecimento de uma associação de sentidos, terminantemente, em direção ao fim da vida dos “escolhidos”. Neste caso, o fim da vida dos brasileiros, mais especificamente, dos trabalhadores brasileiros.

A partir do enunciado “A MORTE NÃO PODE GOVERNAR O BRASIL”, em que a palavra morte aparece destacada em tamanho maior e cor diferente das demais, indicando pelo não dito, uma força maior do que a vida dos brasileiros, podemos compreender que a voz enunciativa defende a tomada de medidas que tirem a morte do comando. Seja essa morte representada pelo vírus causador de uma pandemia ou por aquele que ocupa o lugar de governante do Brasil. Assim, por um lado, esse governo da morte pode se referir à pandemia como propulsora do sofrimento e causa exclusiva do falecimento de milhares de brasileiros. Por outro lado, esta formulação, elaborada pelo lugar enunciativo do Sindicato de Servidores Públicos Federais de Educação, produz o efeito de que o país está sendo (des)governado por práticas que negligenciam os tristes fatos que vêm acontecendo na sociedade, em prol da economia.

Nessa esteira, o enunciado “FORA BOLSONARO” evidenciado em tamanho bem maior do que os demais enunciados expostos no *outdoor*, autoriza-nos reafirmar a aversão ao posicionamento negacionista do governo e, ainda, acrescentar a ideia de que o referido presidente deve sair do governo antes mesmo do fim do seu mandato. Esta formulação institui uma ordem de determinação do desejo e do posicionamento dos sujeitos, que estão inscritos em

formações discursivas que diferem daquelas que apoiam o modo como o discurso político capitalista é pensado e estabelecido na sociedade.

Igualmente, essas formações discursivas regulam a posição-sujeito de modo desigual. Em outras palavras, há uma divisão política dos sentidos em relação às formações discursivas em que estão inseridos aqueles sujeitos filiados a uma rede de sentidos, pela qual compartilham do mesmo posicionamento ideológico do lugar do presidente do Brasil e aqueles que estão inscritos em outras formações discursivas. Há nesse espaço, um jogo de relação de forças, uma luta de classes.

Com efeito, verificamos que é fundamental pensar o sujeito — os interlocutores — Quem? De qual lugar? Para quem? Por essa perspectiva, observando a articulação entre o verbal e o não verbal em nosso recorte analítico, o SINASEFE, por meio dos seus representantes, ocupa um lugar social que reflete relações exteriores de poder institucional, que o inscreve em determinado lugar discursivo. Diante disso, dados os enunciados selecionados em nosso recorte, entendemos que as posições-sujeito dos seus locutores “acionam” pela memória discursiva a produção de um discurso constituído por formações discursivas ligadas à Esquerda política. Nesse sentido, o lugar enunciativo “do porta voz” do SINASEFE direciona determinados efeitos de sentidos para se tomar partido, no tocante à situação de um país em meio a uma pandemia com grande número de mortes diárias, seja pelo coronavírus ou pela falta de direitos e condições de uma vida digna.

Por esse viés, o ponto de vista assumido desse lugar de proteção de direitos e interesses dos servidores federais da educação de Sergipe viabiliza a compreensão de uma posição-sujeito, que, a partir da atual conjuntura política, produz gestos de interpretação filiados a formações discursivas opostas às formações discursivas que regem o posicionamento assumido pelo governo federal brasileiro. Sob o prisma dos apontamentos teóricos e das questões que viemos problematizando, essa posição-sujeito está legitimada pelo imaginário social de uma parte da população que observa o modo em que o país está sendo (des)governado. Nessa medida, constrói-se a imagem de um o governo que dirige o país na desordem. O Brasil, questionamos: qual Brasil? Parece não avançar rumo ao tão almejado progresso. Ao contrário, a saúde, a educação, o meio ambiente e a economia, não vão nada bem. O que o Estado demonstra é uma regressão a cada corte de recurso.

Em vista disso, retomamos parte do nosso texto em análise: “A MORTE NÃO PODE GOVERNAR O BRASIL”, “FORA BOLSONARO”, reportando-nos mais uma vez, à noção de silêncio para reafirmarmos que quando dizemos algo, ao mesmo tempo silenciemos outros

dizeres. Assim, a partir dos trechos novamente destacados, conscientizamo-nos da presença necessária de dizeres silenciados. Essa compreensão nos autoriza apreender que, a postura apresentada do lugar de presidente, frente às consequências geradas pelo coronavírus no Brasil, aponta para a assimilação da ideia de que o povo não precisa de nada mais, além de trabalhar para produzir riqueza para os grandes proprietários de terras ou empresários. Além disso, essa noção de servidão exigida ao povo, sobretudo, à classe trabalhadora, em prol do desenvolvimento econômico é um discurso engendrado e sustentado no pensamento da colonialidade do poder, do ser e do saber. Com efeito, a colonialidade do poder, do ser e do saber são responsáveis pela manutenção do controle sobre o imaginário social de que o trabalhador deve ir ao seu local de trabalho para exercer suas funções, ou será vítima do processo de escassez gerado pela crise econômica.

Da nossa perspectiva, as cruzes apresentadas em nosso recorte simbolizam o número de brasileiros mortos pela devastação do coronavírus a favor do desenvolvimento econômico e, ainda, pela falta de precaução em relação ao fato. O texto em análise também nos propicia a alusão à morte da nação tanto no nível político como socioeconômico. Na medida em que, para haver esse desenvolvimento da economia, é necessário que se tenham trabalhadores vivos em ação. Nesse sentido, a posição-sujeito do enunciator mobiliza uma rede de memórias ligada ao sistema capitalista, pela qual ele não se identifica, mas inscreve-se em outras formações discursivas determinadas, produzindo efeitos de sentidos diferentes. Isto é, o enunciator não é afetado por essa rede, ele está filiado à outra rede de sentidos ligadas ao imaginário coletivo no que diz respeito a apreensão da imagem de um trabalhador que luta para sobreviver.

Esse cenário simboliza o momento histórico que o Brasil e o mundo está vivenciando: uma sociedade confusa, sem saber ao certo qual caminho seguir. De um lado, existe um discurso político sobre o desenvolvimento da economia, tendo como premissa o fim do isolamento que não chegou a ser efetivado em diversas partes do país. De outro lado, existe uma luta paradoxal pela sobrevivência, por meio do isolamento e da realização de atividades laborais fora de casa. Como viver essa dualidade? É possível enxergar a vida, quando a morte ronda por toda a parte? Trabalhar, movimentar a economia é mais importante do que buscar formas de vencer a pandemia? Essa luta entre a vida e a morte deixa um rastro de prostração em meio à sociedade.

Essa é a “sociedade do cansaço” (HAN, 2015) treinada, de forma obstinada pelo discurso político capitalista para produzir cada vez mais. É o “homem laborans” (ARENDDT, 2007), vivendo na arena pela luta da sobrevivência. Dessa forma, a incumbência pelo

desenvolvimento da economia fica sob a responsabilidade dos trabalhadores que, impulsionados pelos discursos direitistas e pelo instinto da sobrevivência, saem enfrentando o perigo do contágio com o vírus, vivenciando, assim, uma situação caótica entre o medo da doença e o medo da escassez.

Uma nação inteira assinalada em nosso recorte analítico pelo substantivo “Brasil” e pela “faixa presidencial”, está lidando com a morte “batendo na porta”. Uma morte que se exhibe feliz. Com um sorriso sarcástico no rosto, demonstrando despreocupação, displicência, negacionismo, quanto ao grande número de mortes que vêm ocorrendo no país. O “presidente-morte” ou a “morte-presidente” é a imagem desvendada em referência ao modo como o governo federal lida com o problema da pandemia no Brasil.

Por fim, os enunciadores se mostram, pela linguagem, em estado de perplexidade diante do posicionamento inerte da presidência do país, frente à esta situação de calamidade pública. Isto é, são sujeitos inscritos em um lugar social, assumindo uma posição que se filia a saberes discursivos em que a vida das pessoas vale mais do que a produção e a acumulação de riqueza e a expansão da atividade comercial. Sobretudo, pelos meios de produção enquanto propriedades privadas de uma classe em contraposição a outra classe que vende sua força de trabalho.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos mostrar como o texto verbal e imagético produz sentidos a partir do jogo entre o verbal e o não verbal. Compreendemos que esse espaço interpretativo viabiliza a percepção das condições de produção como uma noção fundamental para se observar o modo como a linguagem funciona nas relações sociais.

Pelo exposto, reiteramos que as posições-sujeito dos enunciadores, que fizeram os textos analisados circularem em *outdoors* em Aracaju, “acionam”, pela memória discursiva, a produção de um discurso constituído por formações discursivas ligadas à oposição sócio-política em relação aos ideais do governo que lidera o Brasil atualmente. Desse modo, a imagem do presidente do país caracterizada por um símbolo da morte, ou como problematizamos, a figura da morte personificada pelo presidente do Brasil, filia-nos aos sentidos que apontam para uma postura omissa do governo federal em relação à morte em massa de milhares de brasileiros.

Em meio à essa divergência de convicções, os trabalhadores do país saem de casa, enfrentando o perigo do contágio com o vírus para sobreviverem e produzirem riquezas para o

Brasil. Nesse espaço, (re)formulamos a seguinte questão: para qual Brasil se está produzindo riquezas? Assim, o povo segue vivenciando uma situação caótica entre o medo da doença e o medo da falta de recursos mínimos para a sua própria subsistência. Nessa dualidade a classe trabalhadora continua sua saga em uma luta entre a vida e a morte. Além disso, o que temos assistido é uma campanha de não vacinação e, ainda, a demonstração por declarações públicas obscenas, por parte do governo federal e dos seus apoiadores, a respeito do que se deve fazer com uma máscara.

Da nossa perspectiva, o que fica para uma nação governada pela morte é o grande e crescente número de mortos no país. Assim, o bem-estar coletivo se torna algo distante para o corpo social, que já está afetado pelas fragilidades humanas e pelas ideias que visam a individualidade. O que resta é uma sociedade carregada de desesperança por parte do seu povo, que está inserido em uma luta de classes em condições desiguais, mas que resiste frente às condutas que aludem às práticas genocidas que estão a favor das particularidades de determinados grupos sociais.

Referências

ARENDDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INDURSKY, Freda. 2011. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado da Letras, p. 67-89.

ORLANDI, Eni. Do sujeito na história e no simbólico. *In*: **Escritos nº 4**. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nuclecri/ LABEUB, maio, 1999, p. 17-27.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 12.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a [1969].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b [1975].

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura**, Alagoas, vol. 23: 5-24, 1999.